

Sumário

Abreviaturas	13
Introdução	15
1. A inimputabilidade penal no contexto normativo	19
2. O conceito analítico de crime	20
3. A culpabilidade como requisito estrutural do crime	22
4. A desconfiguração delituosa em face da inimputabilidade	33
5. Sistemas	33
5.1. Biológico	33
5.2. Psicológico	34
5.3. Biopsicológico	34
6. Características gerais do tratamento da inimputabilidade na experiência estrangeira	35
6.1. Alemanha	35
6.2. Espanha	36
6.3. França	38
6.4. Itália	39
6.5. Portugal	42
6.6. Argentina	43
6.7. Chile	45
6.8. Uruguai	47
7. A inimputabilidade penal no Código Penal brasileiro	48
8. O inimputável acometido de doença mental (CP, art. 26, <i>caput</i>)	49
9. O inimputável acometido de retardamento mental (CP, art. 26, <i>caput</i>)	54
10. O inimputável em razão de desenvolvimento incompleto (CP, art. 26, <i>caput</i>). 10.1. O indígena	59
10.2. O surdo-mudo	66
11. O menor de 18 anos (CP, art. 27)	68
12. Alcoolismo: embriaguez patológica (CP, art. 26, <i>caput</i>) e embriaguez não patológica (CP, art. 28, §§ 1º e 2º)	71
12.1. Conceito de embriaguez	71
12.2. Os diferentes graus de embriaguez	72
12.3. Características gerais da embriaguez patológica e tratamento legal ..	72
12.4. Embriaguez não patológica: tratamento legal	73

12.4.1. Embriaguez accidental: proveniente de caso fortuito ou força maior	74
12.4.2. Embriaguez não accidental: voluntária ou culposa	75
12.5. <i>Actio libera in causa</i>	76
13. Toxicomania (CP, art. 26, e Lei nº 11.343, arts. 45, 46 e 47)	77
14. Semi-imputabilidade: a capacidade diminuída (CP, art. 26, parágrafo único)	79
15. Perturbação da saúde mental	80
15.1. Doença mental	80
15.2. Neurose	81
15.3. Psicopatia	88
16. Desenvolvimento mental incompleto	98
17. Retardo mental	98
18. Emoção e paixão	99
19. Consequências jurídicas pela prática por inimputável de fato definido como infração penal	100
20. Medida de segurança. Conceito	100
21. Notícia histórica: a superação do sistema duplo binário e a assunção do sistema vicariante	101
22. Natureza jurídica da medida de segurança	104
23. Princípios	106
23.1. Legalidade	106
23.2. Proporcionalidade	108
24. Pressupostos de aplicação da medida de segurança	111
24.1. Prática de fato definido como crime ou contravenção	111
24.2. A periculosidade como pressuposto e fundamento da medida de segurança	111
25. Espécies	112
25.1. Medidas de segurança privativas de liberdade	113
25.2. Medidas de segurança não privativas de liberdade	113
25.3. Medidas de segurança patrimoniais	114
26. Duração	115
27. Medida de segurança e os direitos do internado	116
28. Medida de segurança e prescrição	117
29. Execução das medidas de segurança	117
30. A lei de reforma psiquiátrica	119
31. Problemas especiais	120
31.1. Estado puerperal e infanticídio	121
31.2. Estupro de vulnerável em razão de enfermidade ou deficiência mental 217-A, § 1º	125
Conclusão	131
Bibliografia	133